



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**JORNALISMO INVESTIGATIVO E ATIVISMO AMBIENTAL:
QUANDO UMA CAUSA CUSTA UMA VIDA**

FRANCYNE DA SILVA ALVES

Rio de Janeiro

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**JORNALISMO INVESTIGATIVO E ATIVISMO AMBIENTAL:
QUANDO UMA CAUSA CUSTA UMA VIDA**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

FRANCYNE DA SILVA ALVES

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Nóra Pacheco Latini

Rio de Janeiro
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

A474j Alves, Francyne da Silva
Jornalismo investigativo e ativismo ambiental:
Quando uma causa custa uma vida / Francyne da
Silva Alves. -- Rio de Janeiro, 2022.
50 f.

Orientadora: Gabriela Nóra Pacheco Latini.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da
Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:
Jornalismo, 2022.

1. jornalismo. 2. jornalismo investigativo. 3.
ativismo ambiental. 4. riscos da profissão. 5.
acesso à informação. I. Latini, Gabriela Nóra
Pacheco, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o trabalho **Jornalismo investigativo e ativismo ambiental: Quando uma causa custa uma vida**, elaborado por **Francyne da Silva Alves**.

Aprovado por

Prof(a). Dr(a). Gabriela Nóra Pacheco Latini (orientadora)

Prof. Dr. Fernando Ewerton Fernandez Junior

Prof. Dr. Frederico Augusto Tavares Júnior

Grau:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos ambientalistas que, diuturnamente, se debruçam sobre a árdua tarefa de defesa da natureza e das causas dos povos originários.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado sustentação diária para concluir minha graduação. Em segundo lugar, agradeço ao meu pai, cuja ajuda foi muito mais do que fundamental para a conclusão deste trabalho. Agradeço também à minha mãe, por ter me dado a ideia do meu objeto de pesquisa, ao meu irmão, pelo apoio sempre presente, e ao meu namorado, que se mostrou meu maior incentivador e companheiro de todas as horas. Um agradecimento especial também para a minha orientadora Gabriela Nóra e para os professores Fernando Ewerthon e Cristiane Costa, que sempre acreditaram no meu potencial.

ALVES, Francyne da Silva. **Jornalismo investigativo e ativismo ambiental: Quando uma causa custa uma vida**. Orientador(a): Gabriela Nóra Pacheco Latini. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2022.

RESUMO

Esta monografia, elaborada sob a perspectiva do assassinato do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, busca elucidar o papel do jornalismo na sociedade contemporânea. Com pesquisa bibliográfica e análise de casos, tratou-se do jornalismo de risco e do ativismo ambiental na luta pelo asseguramento dos direitos humanos. Trazendo à tona o jornalismo investigativo, ambiental e a importância do debate público acerca da temática, visa-se a reflexão sobre a necessidade de elaboração de políticas públicas efetivas e conscientização coletiva. O objetivo do presente trabalho é demonstrar que o jornalismo, aliado ao ativismo ambiental, contrapõe-se aos desmandos políticos, sendo essencial para defesa da democracia e da cidadania. O tema é de vital importância, em um panorama em que cada dia mais ambientalistas sofrem tentativas de silenciamento, sendo inclusive assassinados. A violência é sistemática e só se pode quebrar este ciclo com o esclarecimento da população e assegurando-se a liberdade de expressão.

Palavras-chave: jornalismo; jornalismo investigativo; riscos da profissão; ativismo ambiental; acesso à informação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 O PAPEL DO JORNALISTA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	5
3 JORNALISMO INVESTIGATIVO E OS RISCOS DA PROFISSÃO	14
4 JORNALISMO E ATIVISMO AMBIENTAL NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS	25
4.1 Quando uma causa custa uma vida	30
4.2 Jornalismo no centro do mundo: o Projeto Sumaúma	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia trará como ponto de partida o episódio do assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira, para uma análise mais apurada do que torna a profissão de jornalista e o exercício do ativismo ambiental perigosos, num panorama de homicídios cíclicos e sistemáticos. Dominic Mark Phillips foi um jornalista britânico que morou no Brasil de 2007 a 2022. Ele desapareceu e foi assassinado em 5 de junho de 2022, junto com o indigenista Bruno Araújo Pereira na região do Vale do Javari, no Estado do Amazonas¹. Ambos investigavam as atividades ilegais e predatórias dos garimpeiros para assegurar qualidade de informação e garantia do modo de vida dos indígenas. O caso, que ganhou repercussão no mundo inteiro, demonstra a recorrência da morte de ativistas ambientais na região amazônica pela defesa da causa dos povos indígenas e pela preservação do meio ambiente.

Bruno Pereira assumiu a coordenação da fiscalização em nome da associação indígena quando foi exonerado em outubro de 2019² de sua função na Funai, onde desempenhava importante papel em prol do indigenismo. O jornalista Dom Phillips acompanhava o ambientalista para a elaboração de um livro sobre a Amazônia e foi executado em razão de estar na companhia do indigenista, que era o alvo da emboscada. A Polícia Federal, que investiga o episódio, prendeu posteriormente o mandante do crime – denominado Colômbia –, que financiava a pesca ilegal na região do rio Javari com o suporte de armas, víveres e embarcações³. Este fato recente remete-nos aos demais casos de assassinatos de indigenistas e de ambientalistas, que apenas cumpriam o papel de proteger as reservas indígenas invadidas por quadrilhas de exploradores de pesca e de garimpo ilegal.

A grilagem de terras, as queimadas e os desmatamentos ilegais provocados por interesses escusos do agronegócio, na busca desenfreada por lucro, contaram com a omissão do governo Bolsonaro, que reagiu tardiamente ao desaparecimento das vítimas e não tomou medidas necessárias e suficientes, além de ter enfraquecido as instituições ambientais em sua gestão. Este incentiva, de forma velada, a exploração ilegal do garimpo nas terras indígenas. Faz-se lembrar o caso Chico Mendes – que fora talvez o maior ambientalista do Brasil –, morto de tocaia na porta de casa em 22 de dezembro de 1988. Com o intuito de proteger a floresta,

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/06/15/bruno-pereira-e-dom-phillips-a-cronologia-do-caso-desde-o-inicio-da-viagem.ghtml>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.

² Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2022-06-08/bruno-pereira-foi-exonerado-da-funai-apos-operacao-contra-garimpeiros.html>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.

³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/08/prisao-mandante-colombia-dom-bruno-ingenista-jornalista-assassinatos-am.htm>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.

pagou com a própria vida pela ousadia de enfrentar o crime organizado ambiental, em evidente alusão à premissa de que uma causa pode sim custar uma vida.

Inúmeras organizações internacionais de proteção ao meio ambiente já denunciaram o problema da falta de preservação da Amazônia, considerada o pulmão do mundo, além da ameaça à sua enorme biodiversidade. Tais denúncias têm ecoado no vazio, porque não existe ação estatal concreta no intuito de coibir as práticas criminosas. Carece-se de políticas públicas objetivas e do apoio material e logístico do Exército Brasileiro, que atua na região amazônica – especialmente nas fronteiras – para tentar impedir o tráfico de armas e de drogas, mas que não se empenha com o mesmo afinco ao combate da pesca e do garimpo ilegal. O Ibama e o ICMBIO não têm sido suficientes por não possuírem o aparelhamento necessário para fiscalizar e enfrentar o crime organizado, deixando os indígenas reféns de proteção efetiva quanto à inviolabilidade de suas legítimas reservas.

Os índios, mesmo os mais remotos, cuidam da floresta com suas práticas naturais, numa tentativa de impedir que ela seja devastada pela ganância humana, principalmente do agronegócio irresponsável que não possui qualquer comprometimento com o meio ambiente sustentável. A educação ambiental deveria ser prioridade nacional, buscando-se conscientizar a população acerca da importância dos ecossistemas para preservação da vida no planeta.

A questão de pesquisa desta monografia, busca elucidar a urgência da necessidade da promoção do esclarecimento acerca dos problemas ambientais, onde os veículos de comunicação de massa desempenham importante papel na democratização do conhecimento científico e no asseguramento do debate público acerca da temática ambiental. Procura-se, neste trabalho, fazer um estudo do papel social do jornalista, adentrando nas teorias do jornalismo, nos riscos da profissão, na tentativa de dominação ideológica midiática, no jornalismo investigativo e ambiental, nos direitos humanos, no ativismo ambiental e na urgência de informação de qualidade e viabilização do debate público no país.

Vivemos um cenário em que a excessiva flexibilização na legislação ambiental, somada com a sensação de impunidade, tornou o Brasil um dos países mais perigosos do mundo para ambientalistas, chegando a ocupar o quarto lugar, de acordo com dados da ONG Global Witness⁴. Ademais, segundo levantamento feito pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a violência contra jornalistas no país teve um aumento de 248% desde

⁴ Disponível em: [https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/brasil-um-dos-paises-mais-perigosos-do-mundo-para-ativistas-ambientais/#:~:text=Por%20anos%2C%20estes%20n%C3%BAmeros%20a%C3%A7aram,%20e%20Filipinas%20\(43\)](https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/brasil-um-dos-paises-mais-perigosos-do-mundo-para-ativistas-ambientais/#:~:text=Por%20anos%2C%20estes%20n%C3%BAmeros%20a%C3%A7aram,%20e%20Filipinas%20(43).). Acesso em: 5 de janeiro de 2023.

2019⁵.

Tendo em vista os dados trazidos acima, faz-se de extrema importância a discussão do tema proposto, buscando refletir acerca do papel do jornalismo na análise de crimes contra ambientalistas no Brasil. Neste panorama, gera-se uma constante violência cíclica e sistemática contra ambientalistas e jornalistas, na clara tentativa de silenciamento dos seus discursos, colocando em risco não só os povos originários e a floresta em si, como também seus defensores.

Como metodologia, utilizar-se-á, para a confecção deste trabalho, além da revisão da literatura, o caso do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, explorando-se o porquê das mortes e como elas fazem parte de um cenário maior de negligência da preservação da Floresta Amazônica pela falta de políticas públicas efetivas, como também o levantamento de outros casos de violência contra jornalistas e ativistas ambientais na tentativa de exercício pleno de sua cidadania, na defesa dos direitos humanos. O aprofundamento do tema visará a observância de uma impunidade cíclica, auxiliada inclusive por governos e corporações, sistematizando a violência e calando a voz dos que ousam manifestar-se a favor da preservação ambiental e dos povos indígenas. Este panorama poderá ser revertido quando o jornalismo for utilizado como ferramenta de educação ambiental, bem como de luta pela democratização do debate.

A pesquisa bibliográfica terá como objetivo demonstrar que o papel social do jornalista é permeado de desafios e riscos, inclusive de vida, mas que é extremamente necessário para a busca da conscientização ambiental. Ademais, os ativistas ambientais entram nesta guerrilha na procura de maior visibilidade de suas pautas e de mudança do agenciamento midiático, que privilegia certos temas em detrimento de outros tantos. Observa-se, então, que a falta de comprometimento com o meio ambiente é característica do governo brasileiro, tirando de cena, com preocupante frequência, ativistas ambientais e jornalistas, tais como Bruno Pereira e Dom Phillips.

No que tange inicialmente ao segundo capítulo, que tratará do papel social do jornalista, dar-se-á maior visibilidade, dentre as teorias do jornalismo, à teoria do agendamento, de Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972 apud PENA, 2013), que defende que a imprensa atuaria como forma de modelagem do conhecimento, surgindo da relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública. Teoria também elucidada por Mauro Wolf (2005), que conversará com as ideias de Nelson Traquina (2012) acerca das questões teóricas do jornalismo. Focar-se-

⁵ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/mulheres-jornalistas-est%C3%A3o-sob-amea%C3%A7a-no-brasil/a-61663836>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.

á, inclusive, no jornalismo de resistência, contraponto à concepção mercadológica de jornalismo. A profissão será defendida então como um serviço público, sendo fundamental a cultura profissional e valorizando-se a liberdade de expressão.

Serão trazidas também as ideias de Adelmo Genro Filho (2012), apresentando-se as três dimensões: a composição historicamente particular das relações econômicas, o jornalismo servindo para interesses de classe e o papel informativo do jornalismo como veículo comercial de divulgação de notícias. Defender-se-á que, o jornalista, para além do que tange ao seu papel na sociedade, tem compromisso com a verdade e a transparência dos fatos, nadando contra a maré das fake news e desinformação em geral.

Já no terceiro capítulo iremos tratar de jornalismo investigativo, com fulcro na vertente ambiental, trazendo o pensamento de Angelina Nunes (2015), Sebastián Lacunza (2015) e Hugo de Burgh (2008), apresentando a temática tanto no âmbito nacional quanto internacional. Acerca do jornalismo ambiental, o presente trabalho se debruçará inclusive na questão de que este, por intermédio de variados processos de enquadramento, pode acabar perdendo a complexidade da temática, no momento em que fornece abordagens fragmentadas, onde os jornalistas acabam por não contribuir na compreensão do público-alvo acerca do significado da interconexão do ecossistema, carecendo, desta maneira, de uma cobertura integrada e reforçando uma percepção colapsada do meio ambiente, o que resulta no enfraquecimento da mobilização social acerca de políticas sustentáveis.

Por fim, no quarto capítulo, serão focados o ativismo ambiental e os direitos humanos, bem como será feita uma breve apresentação do Projeto Sumaúma, além de alguns casos de violência cíclica contra ambientalistas, dando especial enfoque para o caso de Dom Philips e Bruno Pereira (2022). Seguindo a linha de raciocínio de Wilson da Costa Bueno (2007), Bruna Maciel (2021), Luciana Turatti e Jane Mazzarino (2013), busca-se a elucidação da temática, trazendo à tona um debate sobre a importância da educação ambiental, da cidadania, do jornalismo de precisão e responsabilidade e do direito de acesso à informação na luta pelas causas ambientais.

2 O PAPEL DO JORNALISTA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A presente monografia busca, entre outras coisas, elucidar o papel social do jornalista, tendo como base teorias do jornalismo e visando a ideologia que perpassa tanto o ofício do jornalismo de risco quanto o ativismo ambiental, na luta pela visibilidade de causas democrático-sociais. Entre tais teorias está a do agendamento (McCOMBS; SHAW apud PENA, 2013), que sustenta a ideia pela qual os consumidores de notícias consideram mais importantes os assuntos transmitidos pela imprensa, sugestionando que os meios de comunicação preparam agendas das conversas do público-alvo, pautando inclusive nossos relacionamentos. Segundo Felipe Pena (2013), a teoria do agendamento veio a lume quando se sugeriu uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública, pois a mídia é a principal ligação dos acontecimentos e das imagens que eles representam em nossa mente, atuando a imprensa como forma de modelagem do conhecimento.

Outro autor que trata sobre a hipótese de agenda-setting é Mauro Wolf, que, citando Roberts, sustenta que a mídia é eficaz na construção da imagem da realidade que o indivíduo começa a estruturar, sendo simplesmente uma metáfora representativa da totalidade de toda a informação sobre o mundo. Informação esta que cada indivíduo tratou, organizou e acumulou, podendo ser pensada como um padrão em relação ao qual a informação nova é confrontada para dar-lhe o significado, incluindo o quadro de referência e as necessidades, valores, crenças e expectativas que influenciam o que o destinatário extrai de uma situação de comunicação (ROBERTS apud WOLF, 2005, p. 153).

Ainda no contexto das teorias do jornalismo, a teoria democrática, proposta por Nelson Traquina, indica, de forma clara e evidente, que os meios de comunicação possuem a função de mercado de ideias, onde as diversas opiniões sociais podem e devem ser ouvidas e discutidas, uma vez que, tendo sido o jornalismo identificado inicialmente somente com a imprensa, todavia constitui-se de veículo de informação, equipando os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos direitos.

A teoria democrática, na sequência da lógica ‘o poder põe em xeque o poder’, aponta para a afirmação também de uma liberdade negativa do jornalismo – o jornalismo como guardião dos cidadãos – em que os meios de comunicação social protegem os cidadãos de eventuais abusos de poder por parte de governantes (TRAQUINA, 2012, p. 131).

Outra teoria que se revela de vital importância para o entendimento do tema é a teoria instrumentalista, que apresenta a noticiabilidade como forma de servir objetivamente a determinados interesses políticos. O instrumentalismo possui como pressuposto os estudos da parcialidade, tendo como objetivo a verificação de possíveis distorções dos textos midiáticos, que para a esquerda valeriam como instrumentos de manutenção do capitalismo e para a direita como questionamento ao sistema estabelecido. Prevalece então o critério de que há a possibilidade de construção social da realidade.

Tratando-se dos efeitos da mídia e do problema de como eles constroem a imagem da realidade social, Mauro Wolf (2005), com base em Roberts, concebeu que atualmente, ao contrário de outrora, as mudanças de curto prazo transformaram-se em consequências de longo prazo. Conquistou-se a consciência de que “as comunicações não intervêm diretamente no comportamento explícito; de preferência, tendem a influenciar o modo como o destinatário organiza a própria imagem do ambiente” (apud WOLF, 2005, p. 138).

Vale ressaltar também a teoria interacionista, que trata da rotina do trabalho, conduzindo à dependência das fontes oficiais, pois o acesso ao campo jornalístico constitui-se num bem com estrutura social. Assim sendo, quando se trata de jornalismo e de poder,

os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldades em ver os seus acontecimentos transformados em notícia. Se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional aos modos das organizações estabelecidas. A cobertura do movimento social depende em parte da capacidade de criar um aparelho de publicitação e demonstrar a sua vontade de participar na teia de facticidade que sustenta o trabalho jornalístico (TRAQUINA, 2012, p. 199).

Desta forma, assim como a teoria estruturalista, a teoria interacionista se aplica às notícias como aliada das instituições, rejeitando a visão instrumentalista do processo de produção das notícias, funcionando o jornalismo como se fora um contrapoder. As teorias citadas dialogam entre si e servem como sustentáculo para a construção da ideia do papel social do jornalista na atualidade.

A conclusão que se pode chegar é que

as diversas teorias da notícia que foram avançadas ilustram bem a complexidade e oferecem diversas explicações que, apesar de cada teoria ter os seus destaques, apontam para uma série de fatores, como o tempo, os constrangimentos organizacionais, as rotinas instituídas, e o crescente peso do fator econômico, ou, para ser mais preciso, o polo econômico do campo jornalístico, para mencionar as principais forças que ajudam a construir o

produto jornalístico. Mas, com base numa análise crítica da vasta literatura de estudos sobre o jornalismo, é indubitavelmente claro que não é possível compreender as notícias sem uma compreensão da cultura dos profissionais que dedicam as suas horas e, às vezes, as suas vidas a esta atividade (TRAQUINA, 2013, p. 13).

Respeitante ao esquema de Lasswell, levado ao cerne da questão do papel social do jornalista, a análise sociopolítica pode sugerir uma forma adequada de descrição do ato de comunicação, visando tentar responder às perguntas, citadas por Felipe Pena (2013): quem, a quem, diz o quê, por meio de qual canal e com que efeito se manifesta. Quaisquer dessas variáveis definirá e organizará um setor específico da pesquisa, cujo objeto de estudo deverá, então, ser bem definido e ordenado.

A primeira variável analisa o órgão emissor, além da própria emissão da mensagem; a segunda variável se detém acerca do conteúdo da mensagem; a terceira variável estuda a característica do meio utilizado, além de sua influência na mensagem; e, por fim, a quarta variável abrange o efeito propriamente dito da mensagem. Desta feita, as variáveis interfeririam no eco que a mensagem produziria em um determinado público-alvo, sabendo-se que é por meio da mensagem que o jornalista exerce o seu papel na sociedade.

Outro enfoque de vital importância no estudo do papel social do jornalista é o jornalismo de resistência, que não deve ser confundido com o jornalismo de risco, objeto do segundo capítulo desta monografia. De acordo com Felipe Pena (2013), ele não visa transformar a sociedade revolucionariamente, mas apresentar contraponto à concepção mercadológica de jornalismo, recomendando-se a autocrítica, no que respeita à interpretação fática, checando-se as fontes. A lealdade profissional possui, em sua atividade, amplo caráter cívico, reafirmando-se desta forma, a cidadania, ao melhorar o debate público e revitalizar a vida pública, facilitando o desempenho útil e eficaz da profissão.

Muito embora o jornalista possa exercer a profissão sem descartar a ideologia de grupo, seja no âmbito comercial da grande mídia, seja de forma militante, típica da mídia alternativa, atualmente a mensagem jornalística, notadamente aquela voltada ao jornalismo de risco, tem alcançado maior amplitude pública através da internet. Neste particular, a atuação do correspondente de guerra adquire especial relevo, na esfera do jornalismo de risco, exigindo do jornalista não só boa redação, como também treinamento de guerrilha, jamais prescindindo da sua sensibilidade e do seu faro jornalístico (PENA, 2013), na tentativa de narrativa da mensagem de acordo com a realidade dos acontecimentos.

Respeitante ao conflito ideológico midiático, ao ativismo ambiental e ao jornalismo de risco, o jornalismo investigativo, no processo de produção jornalística, sempre persegue a informação primária, porque jamais deve se ater somente às informações secundárias, cujos desdobramentos contribuem para a construção da cidadania e para o aperfeiçoamento da democracia. Não se deve confundir, entretanto, o jornalismo investigativo com o jornalismo judicial, caracterizado pelo denunciamento, uma vez que a mera denúncia só pode servir como ponto de partida para a investigação jornalística, jamais para formar julgamento sobre o possível denunciado. Mesmo porque o jornalismo investigativo não pode e não deve restringir-se aos casos policiais, mas sim utilizar-se da interpretação jurídica para tentar alcançar o direito de acesso às informações públicas, em nome da transparência.

Consoante Nelson Traquina,

a afirmação da nova legitimidade jornalística ocorre perante o antagonismo do poder político, inserido num processo secular em luta pela liberdade e, subsequentemente, pela conquista de uma nova forma de governo: a democracia. O poder absoluto é posto em causa e existe a procura de caminhos alternativos, perante dúvidas sobre os benefícios e os custos de um sistema de poder que tem como base a opinião pública (TRAQUINA, 2012, p. 42).

Quanto à noção de campo jornalístico positivo e negativo, agregado por Felipe Pena (2013), o espaço mobilizado pelos agentes sociais, como recurso destinado às estratégias comunicativas, terá como objetivo a produção de notícias, além do monopólio do seu conhecimento pelos jornalistas. Entende-se o primeiro campo como ideológico, definindo o jornalismo como serviço público e o segundo como econômico, considerando-se a notícia como produto comercial.

Nesta hipótese, tem-se a notícia como paradigma de construção social da realidade, através das forças e das circunstâncias que a caracterizam. Sintetizando, deve o jornalista preocupar-se inicialmente com a produção jornalística, mas sem descuidar-se da circulação do produto notícia, resultado da interação histórica, além da combinação e da composição dos diversos fatores sociais.

Nelson Traquina, com fulcro em Greenwood (1957 apud TRAQUINA, 2012), diz que a profissão de jornalista possui como principais atributos, além da teoria sistemática, também o sentimento de autoridade dos agentes especializados, incluindo-se a ratificação da comunidade, os códigos éticos e a existência da cultura profissional. Por intermédio das associações, a profissão de jornalista organiza uma campanha de persuasão da comunidade

acerca dos benefícios do seu monopólio. Considerando-se que a hipótese de que o processo de profissionalização do jornalista possa preceder o capitalismo, diferentemente dos médicos e dos advogados, os jornalistas não foram capazes de delimitar completamente o seu território de trabalho.

Ressalte-se então que

a identificação do jornalismo com a liberdade, o valor que alimenta o desenvolvimento de um jornalismo autônomo e serve de escudo da defesa dessa autonomia, colocando repetidamente os jornalistas na frente da batalha em sua defesa, torna difícil e, na opinião de muitos cidadãos dentro e fora da profissão, mesmo perigoso, estabelecer qualquer licença para ser jornalista. (TRAQUINA, 2012, p. 116).

Considerando-se a ideia do papel social do jornalista no interesse da comunidade, a divisão do trabalho jornalístico, na esfera sociológica, age de forma incidental e técnica, sendo também importante o código deontológico, que define a profissão como autônoma e independente. Sublinha-se, além do saber sistemático, também um conjunto de normas profissionais, pois o grupo profissional está no controle do conhecimento especializado, que se aplica também às tarefas especializadas. Conquanto o conhecimento da profissão jornalística seja tanto prático quanto teórico, sobressai a função central do jornalismo, ou seja, saber o que é notícia e como tratá-la.

A postura epistemológica do jornalista, a prioridade que é dada à ação sobre a reflexão, explica a dificuldade que os jornalistas têm em responder a uma pergunta tão central da sua atividade profissional – o que é notícia, ou seja, quais são os critérios de noticiabilidade que utilizam no processo de produção das notícias (TRAQUINA, 2013, p. 43).

O jornalismo é entendido como uma vocação e até mesmo como uma missão, quando na verdade pode e deve ser definido como um serviço público, para cuja existência será fundamental a cultura profissional, valorizando-se a liberdade de expressão.

Neste particular, pode-se definir a modernidade jornalística como a emergência de diversos campos, ou seja, de universos relativamente autônomos de relações sociais. A ideologia do profissionalismo defende não só a independência e a autoridade, mas também a identidade profissional, com impacto no pensamento e no comportamento, por intermédio do desenvolvimento de ideologias profissionais, ou seja, de sistemas de crença, direcionadores da experiência de trabalho. O processo de profissionalização do jornalismo levou à constituição

da comunidade ou da tribo interpretativa jornalística, como grupo unido por seu compartilhamento da realidade.

Avulta-se na cultura jornalística seus sacrifícios pessoais, inclusive nocivos, que as longas e irregulares horas de profissão influenciam a vida privada do jornalista em situação de risco, especialmente aquele que se dedica à questão ambiental, sem jamais abandonar o compromisso com a profissão, mesmo correndo perigo de vida. Além da dedicação à verdade, exaltada na sua ideologia profissional, a dinâmica da concorrência leva o profissional à procura do furo jornalístico ou da grande estória. Representa-se então o jornalista na figura de repórter e de detetive, caracterizando assim o jornalismo de investigação.

Nelson Traquina contextualiza que, para aqueles que não fazem parte da comunidade jornalística, o mundo jornalístico apresenta-se povoado de notícias ruins, porque, em regra, o enquadramento das notícias ambientalistas veiculadas pela grande mídia tem foco principal nas grandes catástrofes do meio ambiente. A visão negativa do mundo, criada pelos jornalistas, teria sustentáculo nos valores/notícia, utilizados pelos profissionais na seleção dos acontecimentos e na construção das “estórias” reais, cuja visão se apresentaria simultaneamente simplista e minimalista (TRAQUINA, 2013).

Destarte, confere-se ao espectador uma grande liberdade de integrar, por meio de uma imagem privada, a rede das causas e dos efeitos, mantendo-se firme o princípio de que a principal relação entre os acontecimentos sociais é a vontade consciente dos indivíduos (ROSITI apud WOLF, 2005, p. 201). Pode-se então definir os valores/notícia como um componente da noticiabilidade, em cuja seleção de eventos os critérios de relevância funcionam conjuntamente, difundidos ao longo de todo o processo de produção.

Dentro de um enquadramento geral, como informa Cremilda Medina, trata-se a informação jornalística como produto da comunicação de massa, esta como indústria cultural e até como fenômeno da sociedade urbana industrializada, mesmo que o jornalismo funcione como instrumento de dominação ideológica, mas num potencial evolucionista e não revolucionário (MEDINA apud GENRO FILHO, 2012, p. 132). Desta forma, os diversos fatores incutidos na produção da informação determinam as distorções involuntárias nas representações difundidas pela mídia, na medida em que o destinatário da informação não tem capacidade de controle da veracidade da realidade social, colocando-se o problema da continuidade cognitiva. Conclui-se, então, que os meios de comunicação de massa não fornecem apenas noticiabilidade, mas também as categorias, pelas quais os destinatários podem situá-la de forma significativa, mediante critérios de relevância da moldura interpretativa dos fatos (WOLF, 2005).

O desenvolvimento capitalista, que integrou irreversivelmente a humanidade, tornou cada fenômeno singular como se fora mediado pelo todo. Constituído pelo espectro das forças produtivas, o jornalismo condensou o mundo em sua atual unidade dinâmica, qual seja, os meios de comunicação de massa. Desta forma, através do jornalismo, reproduz-se os acontecimentos como algo imediatamente vivido, no contexto histórico-social. Embora a imediaticidade surja como espécie de simulação, todavia o que se revela na relação imediata será o aspecto singular do fenômeno da realidade. Nasce, então, de forma coletiva, a consciência da existência de mediações fundamentais na relação imediata das pessoas com o mundo natural e social.

Enquanto o valor da ‘objetividade’ continua a provocar imensa polêmica (mas não a noção do profissional equidistante em relação aos diversos agentes sociais), o valor do imediatismo reina incontestável, ainda mais com a emergência do *cibermedia*. O imediatismo é definido como um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo (dias, horas, segundos) que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento (TRAQUINA, 2013, p. 35).

No que diz respeito à dominação ideológica midiática, geralmente capitalista, constata-se o seu aspecto persuasivo e psicológico, ensejando a postura de desconfiança e hostilidade perante a mídia. Nas sociedades industriais de capitalismo maduro, seja por causa da diferenciação e da globalização social, seja também devido à função central dos meios de comunicação de massa, tem ocorrido um aumento da presença de fatias e pacotes de realidade que os indivíduos não provam diretamente nem definem interativamente na vida cotidiana, mas que vivem exclusivamente em função ou por meio da mediação simbólica dos meios de comunicação de massa (GROSSI, apud WOLF, 2012, p.145).

Entretanto, não se pode negar a singularidade da informação jornalística, muito diferente daquela percebida no âmbito pessoal, em razão da racionalização técnica dos procedimentos, caracterizando o jornalismo como forma de conhecimento diferenciado. Assinala Cremilda Medina que a mensagem jornalística, como um produto de consumo da indústria cultural, desenvolveu uma componente verbal específica, que serve para chamar a atenção e conquistar o leitor para o produto ou para a matéria (MEDINA apud GENRO FILHO, 2012, p. 139).

Segundo Nilson Lage (apud GENRO FILHO, 2012, p. 140), a proposta da linguagem transparente, revelando a integridade do fato, mediante atitude indagativa, propicia o seu julgamento pelo público-alvo, conduzindo os jornalistas ao ponto de equilíbrio da verdade.

Reconheceu-se, portanto, que o jornalismo não poderia ser tido como mero sinônimo de manipulação e alienação, mas, ao contrário, ofereceria amplas possibilidades de apreensão viva e crítica à realidade, rompendo com o romantismo arcaico do jornalismo simplesmente opinativo do passado.

Percebe-se, então, que existe complexa mediação objetiva e subjetiva no procedimento reprodutivo da singularidade dos fenômenos, traduzidos em fatos jornalísticos, cujas reflexões não excluem, entretanto, as vantagens práticas da técnica jornalística, especialmente com o seu compromisso de revelação da verdade material. A natureza desta informação não pode jamais ser arbitrária, mas ajustar-se ao dinamismo e à contiguidade de integração da sociedade.

Vladimir Hudec (apud GENRO FILHO, 2012), ao afirmar que o jornalismo é produto das necessidades econômicas, políticas e ideológicas completamente novas da burguesia, esquece-se, entretanto, da especificidade do jornalismo como forma de conhecimento humano, além de sua universalidade como fenômeno social. Sendo assim, Adelmo Genro Filho (2012) apresentou três dimensões, a primeira indicando a composição historicamente particular das relações econômicas; a segunda demonstrando que o jornalismo serve também a interesses de classe; e a terceira colocando o jornalismo no seu papel informativo de veículo comercial de divulgação de notícias. Acentuou também que a ideologia da objetividade e da imparcialidade do jornalismo corresponde ao fato de que as necessidades sociais objetivas e universais de informação somente podem ser supridas mediante uma visão de classe.

Desconsiderando-se a dialética entre particularidade e universalidade, o jornalismo seria entendido apenas como meio para atingimento de uma finalidade burguesa. Neste contexto surgiria a figura da manipulação informativa, muito utilizada nas ditaduras para controle da classe operária, ou seja, para impedir a reivindicação do poder pela via democrática. Todavia, há de se reconhecer a singularidade dos fatos e sua relativa autonomia de significado, configurando possibilidade concreta de futuro diverso daquele manipulado pela elite dominadora.

Em resumo, o jornalista, para além de seu papel social, possui também um compromisso com a verdade e a transparência, principalmente no tocante à vertente ambientalista, que, dentre as atividades profissionais, se apresenta como uma das mais perigosas, especialmente no caso brasileiro. Isto porque, afora o desmonte da fiscalização e da baixa noticiabilidade de temas ambientais por parte da grande imprensa, acrescenta-se o avanço indiscriminado do crime organizado da pesca e do garimpo ilegais, notadamente nas terras indígenas, incluindo-se também a irresponsabilidade ambiental de alguns setores do agronegócio, que abusam das queimadas e dos desmatamentos.

Neste cenário, a proliferação das chamadas fake news, especialmente nas mídias sociais, atua como clara desinformação, conferindo ainda mais importância ao papel social do jornalista no exercício pleno de informar transparentemente, já que com uma grande quantidade de informações de todos os tipos circulando, torna-se mais do que fundamental o jornalismo de qualidade. Ademais, já é sabido que ser jornalista no Brasil, por si só, já é um ato político, até mesmo quando não se levanta uma bandeira partidária.

3 JORNALISMO INVESTIGATIVO E OS RISCOS DA PROFISSÃO

De acordo com estudos feitos para a produção desta monografia, no âmbito do jornalismo investigativo, entendendo-se o jornalismo como forma de comunicação, “onde a aprendizagem implica numa operação cognitiva, onde quem aprende tem um papel tão ativo quanto quem ensina” (FREIRE apud MEDITISH, 1997, p. 5), pode-se afirmar então que o jornalismo é uma forma social de conhecimento. Considere-se também que o processo de construção social não pode jamais prescindir da influência midiática jornalística, típica do universo do saber humano. Muito embora a internet tenha ocupado grande espaço no meio midiático, diminuindo a significância do jornalismo tradicional, não se pode, entretanto, descartar que as grandes pautas de debate público, na hipótese deste trabalho, com especial relevo para as questões ambientais, ainda passam pelo agendamento tradicional, sem o descarte, todavia, da importância da imprensa alternativa.

Adelmo Genro Filho, com base na teoria clássica alemã de Hegel, defende o pressuposto de que o jornalismo traduz uma forma de conhecimento cristalizado no singular, dotando-se de leis próprias para manifestar-se, surgindo sobre uma necessidade de percepção individual dos fenômenos sociais em relação à imediaticidade da notícia no mundo (GENRO FILHO, 2012, p. 7). Daí porque se pode deduzir acerca da inexistência do jornalismo investigativo neutro, pois, para construir seus argumentos, deverá o jornalista sempre estar envolvido no tema, exigindo uma posição do sujeito diante do objeto.

Não se pode negar também a relação do jornalismo com o capitalismo, pois, sem ele, jamais teriam os meios de comunicação alcançado a dimensão comercial da atualidade, inclusive as mídias sociais. Alsina (2009) explica que, na sua construção social, o jornalismo, especialmente o de conotação investigativa, precisa situar o acontecimento, considerando-se que o produto jornalístico, oriundo da notícia, constitui-se em processo complexo, no qual o jornalista é de vital importância no dimensionamento da realidade, identificada pelos meios de comunicação.

Em artigo intitulado “Jornalismo, o prazer do ofício”, publicado no livro “Jornalismo Investigativo e Pesquisa Científica” (2015), organizado por Rogério Christofolletti e Francisco José Karam, trata-se do cuidado que se deve ter no exercício da profissão, permeado por compromisso e desafios diários. Informa também a autora do artigo, Angelina Nunes, que a base de uma boa reportagem – no caso da presente pesquisa, as reportagens ambientais – é a apuração, através da coleta de dados, do cotejamento de informações, leitura de documentos, busca de arquivos, cruzamento de bancos de dados e entrevistas de fontes e personagens, tendo

como principal tarefa a fuga do chamado jornalismo declaratório, que consistiria em mero registro dos fatos (NUNES, 2015, p. 25).

Especialmente na produção jornalística, que integra também o jornalismo investigativo, tornou-se mais evidente para a população mundial o problema do aquecimento global, que se transubstancia no agravamento das questões ambientais, especialmente, no caso brasileiro, das queimadas e dos desmatamentos, afora a exploração das reservas indígenas pelo crime organizado da pesca e do garimpo, o que visualiza perigo iminente para o meio ambiente nacional.

Sendo assim, de acordo com Porto Gonçalves (apud LOOSE; CAMANA, 2014, p. 3),

a caracterização da sociedade como “sociedade de risco” traz um componente interessante para o debate acerca do desafio ambiental, na medida em que aponta para o fato de que os riscos que a sociedade corre são, em grande parte, derivados da própria intervenção da sociedade humana no planeta (reflexividade), particularmente derivada das intervenções técnico-científicas. Assim, sofreremos, reflexivamente, os efeitos da própria intervenção que a ação humana provoca por meio do poderoso sistema técnico que modernamente se impõe.

Especialmente no caso brasileiro, que ainda não superou completamente seu aspecto de país colonizado, devido à imaturidade da nossa jovem democracia, ainda mais se agiganta o perigo de agressão ao meio ambiente. Além de uma legislação ambiental fragmentada, que permite o avanço indiscriminado do agronegócio irresponsável sobre a floresta, somem-se as organizações criminosas de grilagens de terras e de pesca e de garimpo ilegítimos. Daí advém a importância, cada vez mais acentuada, da atuação do jornalismo investigativo ambiental, que pode contribuir decisivamente não só para o enfrentamento, como também para compreensão dos riscos que afetam a sociedade contemporânea.

Surge então a figura necessária do jornalismo responsável, cuja reflexão, com base no princípio da precaução, pode articular uma construção social mais equilibrada, priorizando, na hipótese do presente trabalho, não só o saber, como principalmente o cuidado pelo meio ambiente. Revela-se então, no caso brasileiro, não apenas a fragilidade de notícias, a maioria delas fora de contexto, porque oriundas de fontes que, mesmo oficiais, se mostram pouco confiáveis, como também o descomprometimento com o interesse público.

Tal descompromisso pode propiciar o surgimento dos riscos ambientais, que não são novidade, já tendo sido apontados pela COP 1992⁶, realizada no Rio de Janeiro, mas cujos compromissos climáticos jamais foram cumpridos em sua integralidade. A crença de que o desenvolvimento científico neutralizaria os efeitos do aquecimento global não se concretizou na realidade ambiental, o que gera incertezas quanto ao futuro do planeta, bastando constatar-se as catástrofes ambientais, que, de formas variadas, proliferam pelo mundo afora.

Sebastián Lacunza, tratando de investigação e de revelação, no âmbito do jornalismo investigativo argentino, constata que, tanto lá, quanto cá, tanto os poderes privados quanto os públicos sempre querem ocultar a verdade científica. Desta forma, os jornalistas, em seu trabalho cotidiano, devem recorrer ao caminho de verificação da informação, através de diversas fontes, desconfiando-as e contrastando-as, recorrendo a outros elementos probatórios, medindo a noticiabilidade do assunto, analisando causas e consequências e sempre escrevendo com clareza (LACUNZA, 2015, p. 73).

Veyret (2007) destaca o conteúdo histórico na construção dos riscos, assim como território e das relações sociais ali estabelecidas, lembrando que as percepções de risco ambiental podem ser individuais ou coletivas. Aponta ainda, como primeira etapa fundamental da gestão dos riscos ambientais, a relação da população com o acontecimento possível, além da sua representação. Ressalta-se então o papel do jornalista investigativo como construtor e legitimador dos discursos, contribuindo decisivamente para disseminar representações acerca dos riscos ambientais. Entenda-se que o risco ambiental pode ser calculável, como por exemplo a queimada ou o desmatamento, como também ser imprevisível, quando oriundo de fenômeno natural.

Já Hannigan (2009), tratando da construção social dos problemas ambientais, destaca sua origem frequentemente científica, justamente porque as pessoas comuns não têm conhecimento suficiente para lidar com novos problemas. Sublinha ainda que, embora existam situações visíveis, relacionadas com o cotidiano das pessoas, como por exemplo o caso dos resíduos tóxicos, somente as pesquisas científicas podem, em última análise, legitimar o risco ambiental. Ainda assim, o enfrentamento do problema dependerá, além da divergência entre os próprios cientistas, também do ambiente político e econômico do país, nem sempre engajado na solução do risco ambiental, mesmo que amplamente sinalizado pela ciência e divulgado pelo jornalismo ambiental.

⁶ A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas que se reúne anualmente para discutir a situação das mudanças climáticas no planeta.

No contexto de reestruturação dos veículos de comunicação, principalmente por causa do advento vertiginoso do capitalismo, o jornalismo investigativo ambiental assume importante papel social, cumprindo as funções informativa, política e educativa. Explica Girardi (apud LOOSE; CAMANA, 2015, p. 7) que, para contemplar a função educativa, será necessário que os jornalistas se percebam como agentes de transformação social, colocando sua profissão a serviço da melhoria da qualidade de vida, proporcionando ao público-alvo a plena compreensão dos fatos e relacionando suas práticas cotidianas com a crise ambiental.

Para este jornalismo especializado nas causas ambientais, a busca pela informação não depende apenas das fontes oficiais, nem sempre confiáveis, mas sim expande o seu espectro pelo conhecimento popular. Desta forma, o jornalismo investigativo ambiental, comprometido com a natureza e com a sociedade, assume uma posição privilegiada acerca da comunicação dos riscos ambientais, exercendo o protagonismo de promoção da cidadania, ainda mais porque deve sempre atuar com precaução redobrada, perante os dados técnicos ou científicos, principalmente em razão da possibilidade de irreversibilidade da informação.

Hugo de Burgh (2008), no livro “Jornalismo Investigativo”, narra que esta modalidade de gênero jornalístico teve sua ascensão em meados do século XIX, contribuindo para a expansão do racionalismo no discurso intelectual daquele tempo, sempre com a abordagem científica de busca da verdade pela comprovação dos fatos, o que significou uma das maiores conquistas do Iluminismo. Fazendo isto, o jornalismo avançou no ideal de objetividade e de imparcialidade e, da mesma forma como aconteceu com os folhetins, o jornalismo investigativo associou-se à observação racional, bem como à empatia moral, explorando análises, discussões e investigações (BURGH, 2008, p. 29).

Todavia, no início do século XX, com o surgimento das mídias eletrônicas, notadamente o rádio e a televisão, esta forma de jornalismo esvaziou-se e, assim como aconteceu com os seus textos, sua pauta tornou-se apenas mera mercadoria, como instrumento para atração dos consumidores. Pois foi justamente na Inglaterra, com John Milton (apud BURGH, 2008), que se delineou o que se poderia chamar de uma primeira teoria da mídia, defendendo-se que a liberdade era uma condição de grandeza nacional, colocando o jornalismo investigativo como modalidade pela qual essa liberdade poderia ser assegurada. Hartley também acentuou que o conceito do repórter como alguém que identifica a verdade caracterizou a denominada ideologia da testemunha ocular, precedendo o cientificismo, em regra associado ao Iluminismo (BURGH, 2008, p. 32). Trazendo para o contexto da presente monografia, as chamadas testemunhas oculares seriam os jornalistas de campo e os ambientalistas situados no território amazônico, além dos próprios indígenas.

A Reportagem com Auxílio do Computador (RAC) inaugurou uma nova fase do jornalismo de precisão, mas, muito embora a planilha seja fundamental para o trabalho, ela jamais substituirá o trabalho de campo, para cuja qualificação a própria ABRAJI⁷ se preocupou, promovendo treinamento específico tanto presencial quanto online. Mas esta atitude carrega também consigo o risco do jornalismo-dossiê, que leva os jornalistas a publicarem o material da mesma forma que o recebem, sem fazer a necessária checagem do conteúdo e das fontes, porque a execução eficaz da matéria exige, além de uma boa equipe, também planejamento, organização e distribuição das tarefas.

Exemplificando um trabalho feito com o viés de jornalismo investigativo, Angelina Nunes (2015), na época em que atuava como editora assistente do jornal O Globo, coordenando uma equipe de Administração Pública, numa reunião de pauta, sugeriu a ideia da investigação dos bens acumulados pelos deputados estaduais cariocas naquelas legislaturas. Traçando um perfil dos políticos que ocupavam cargo naquele momento, verificou-se que o subsídio mensal não era condizente com o padrão de vida ostentado. Esta investigação da autora leva à reflexão também acerca da atuação política que dá respaldo ao agronegócio irresponsável, utilizando-se da verba pública de políticas ambientais para se locupletarem.

Declara Lacunza (2015) que, em certos seguimentos do jornalismo argentino, o texto parece desconectado da realidade, levando o leitor a não tomar muito a sério as denúncias publicadas, em função até mesmo da sobrecarga de trabalho a que são submetidos os jornalistas. A ligeireza com que a imprensa articulou esta desconfiança denunciata provém da ascensão do Quarto Poder, que desorientou os jornalistas em sua tarefa de efetivamente desmontar o poder real e de ajudar o público-alvo a entender o contexto das denúncias e das causas de corrupção, ambientais ou não.

Já acerca da frivolidade do denunciismo, que modificou a forma de leitura, há de se atentar também para a inoperância da Justiça, que gerou certa anestesia social, uma vez que um jornalismo de investigação sempre tem que trabalhar no intuito de provar algo verdadeiro, ainda que contrário aos interesses oficiais. Em resumo, sintetizando os desafios que deve superar o jornalista no momento de encarar uma investigação, podemos apontar os obstáculos econômicos, políticos e culturais (LACUNZA, 2015, pp. 76-80).

Burgh (2008), por sua vez, aponta o desenvolvimento do método científico de investigação jornalística, baseado principalmente na investigação histórica e no questionamento

⁷ Criada em 2002, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) tem o intuito de reunir jornalistas brasileiros interessados em trocar informações, experiências e dicas sobre reportagens, especialmente investigativas.

das instituições, evidenciando o ideal de imparcialidade do jornalismo, notadamente porque trabalha como coletor de evidências. O jornal então desempenhou um importante papel de transmissão de conhecimentos, com base na ideia de ser um veículo de debate político, competindo com a propaganda institucional, nele se esboçando o ideal de busca da verdade e criando-se um público-alvo, embrião da atual opinião pública. Neste particular, a Guerra da Criméia (1853-1856) foi significativa para o desenvolvimento do jornalismo, uma vez que, depois dela, provou-se que a profissão ganhava credibilidade e que a função de repórter como alguém que exercia a investigação consolidou-se.

Destarte, se o método define o jornalismo investigativo, pode-se também afirmar que os realistas naturalistas também realizaram esta função em seus romances, uma vez que também compartilhavam da obsessão pelas condições de pobreza, consciência que mais se aprofundou através da miséria causada pela Revolução Industrial, onde os escritores serviriam como testemunhas oculares, relatando com objetividade o sofrimento e exploração capitalista. Respeitante à objetividade, que pode ser política, econômica, tecnológica ou institucional, todas elas na verdade se complementam, sustentando a imparcialidade da informação, com enfoque especial no jornalismo investigativo (BURGH, 2008, pp. 33-41).

As pesquisas de opinião, reportadas pela mídia, influenciam o comportamento das pessoas, seja conquistando o objetivo declarado, que pode manifestar-se através de uma mudança na política governamental, seja convencendo as pessoas de que estas afirmações fazem parte do ponto de vista dominante a que devem aderir, em razão da extrema relevância do tema. Muito embora os estudos demonstrem que a influência da mídia sobre a população em geral, com relação à temática do meio ambiente seja pequena, o impacto maior acontece acerca dos formuladores de políticas, estabelecendo um vínculo com a influência midiática, o que revela que, ainda que as pessoas já possuam consciência acerca do tema ambiental, elas sempre podem aprender algo mais a partir da mídia. A mera especulação, o relato exagerado, a proposição de iminência, o imaginário comum e a confusão de informações podem levar as pessoas a acreditar inclusive na possibilidade de uma catástrofe multifacetada (BURGH, 2008, pp. 299-300).

Adentrando-se especificamente no jornalismo ambiental, segundo Boykoff (apud HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 3), as restrições financeiras no âmbito midiático, especialmente durante a pandemia, afetaram diretamente a produção jornalística mundial, incluindo, obviamente, também o jornalismo de viés ambiental. Na atualidade, os custos que envolvem a cobertura dos eventos ambientais, inclusive deslocamentos a locais de difícil acesso, caracterizam barreiras midiáticas. Deste modo, os jornalistas ambientais, apegados na

produção de suas reportagens especializadas, necessitam, além de tempo mais alongado, também de dispendiosa infraestrutura, que abrange questões complexas.

Como consequência desta dificuldade econômica ocorre a redução do espaço midiático dos temas ambientais, daí decorrendo o dilema do conflito de aprofundamento da complexidade das matérias ambientais, que geralmente se apresentam de forma simplificada e dramatizada, visando conseguir espaço para publicação. Além disso, a quantidade decrescente de financiamento para investigação, as demissões em massa na indústria da mídia e a pressão constante dos prazos interferem na qualidade das notícias, reduzindo o número de matérias consistentes.

Desta forma, a complexa relação entre a natureza e a sociedade exige destes jornalistas especializados cobertura ampla e interconectada, objetivando levar ao público-alvo melhor entendimento da atualidade das questões ambientais, cujas reportagens, influenciadas especialmente pelas situações econômicas, resultam por se mostrarem pouco significativas. Por exemplo, pode-se trazer a lume a investigação, realizada em 1990 nos EUA, que, em razão dos interesses financeiros, indicava em princípio resultados conflitantes, com a chegada das reportagens ambientais à grande mídia, juntamente com o apoio do movimento ambiental, além dos grupos políticos e das corporações empresariais, impactando a cobertura jornalística e mudando o sistema do surgimento de parques ambientais naquele país, notadamente pela caracterização da gestão de território. Neste particular, foi fundamental não só a atuação da mídia e dos conglomerados, como especialmente o poder de coalizão dos ambientalistas acerca do tema.

Outro exemplo, também daquele país, este na direção oposta da convergência, aconteceu quando interesses políticos divergiram do movimento verde em relação à inundação, provocada por determinada barragem da Califórnia (2017), quando então a grande mídia apresentou abordagens facciosas, obrigando o jornalismo ambiental a buscar alternativas em defesa de suas causas, infelizmente sem sucesso. Isto aconteceu porque a mídia, no relato deste conflito ambiental, valeu-se da influência de grupos poderosos, que tinham interesse em minimizar os efeitos catastróficos do evento. Tal fato também ocorreu entre nós, brasileiros, quando do rompimento das barragens da Vale em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), no Estado de Minas Gerais, cujos modelos, já ultrapassados, constituíam risco não só ambiental, como também às pessoas do entorno, evento que, embora advertido pelo jornalismo investigativo e o ativismo ambiental, foi ignorado, ocasionando as tragédias noticiadas nacional e internacionalmente.

Constata-se, desta maneira, que a ideologia e a política desempenham significativo papel no que diz respeito à cobertura da mídia ambiental, não só entre nós, como também fora do país. Não se pode negar que os alinhamentos políticos, tanto lá, quanto cá, influenciam não somente o conteúdo, como igualmente o foco das reportagens ambientais, apresentando discrepâncias no noticiário, temperados pelos interesses econômicos.

Conforme Goldstein (apud HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 5), a linguagem acadêmica tenta obter precisão formal e técnica ao compartilhar informações, quase opondo-se ao ângulo de notícia buscado pelos jornalistas ambientais. Todavia, a interação jornalismo ambiental e informação acadêmica torna os jornalistas especializados mais familiarizados com a ciência, gerando maior confiabilidade na notícia produzida. Desta maneira, o jornalismo ambiental mais consolidado pode ter maior impacto nos países com baixa formulação de políticas ambientais, exemplificando-se com o caso peruano, onde o institucionalismo ambiental e a cobertura da imprensa ambiental ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento. Entretanto, a dificuldade enfrentada pelos jornalistas ambientais peruanos não é exclusiva daquele país, atingindo grande parte da imprensa mundial, cujas semelhanças nos meios de comunicação permitiram a Christians (apud HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 6) estabelecer quatro categorias de papéis na mídia: monitorador, facilitador, colaborador e radical.

Destarte, enquanto o jornalismo monitorado cuida da observação midiática e o jornalismo facilitador se detém na melhoria da compreensão do tema ambiental, por seu turno, o jornalismo colaborador alinha a mídia com a sociedade. Já o jornalismo radical, conforme o próprio nome indica, possui o papel de incentivar mudanças sociais, combatendo as injustiças e as desigualdades, através da participação pública, objetivando preservar os direitos humanos universais e ganhando, por esta razão, maior visibilidade midiática em suas reportagens ambientais.

Hansen (apud HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 6) defende a ideia de que a mídia possui contribuição decisiva para a conscientização real do público-alvo no que respeita ao meio ambiente, mas desde que se sustente em base física, uma vez que apresenta não a própria realidade, mas sim uma versão dela. Isto sem ignorar o risco das armadilhas midiáticas que, ao não desafiar o paradigma dominante, pode, por exemplo, promover o consumo de determinado produto ecológico, quando na verdade o real problema encontra-se no consumismo em si mesmo.

Tentando-se, portanto, traçar um perfil do jornalista ambiental, mesmo diante das já apontadas dificuldades econômicas, políticas e ideológicas do exercício da profissão, pode-se

concluir que ele se detém por mais tempo na sua área de conhecimento, em relação aos demais profissionais, ainda que de esferas correlatas, especialmente ciência e tecnologia. No Canadá, por exemplo, os profissionais da área ambiental tendem a desenvolver textos mais alongados, contendo análise mais aprofundada e contextualizada, num contexto desafiador de crenças, com relativa independência e liberdade, buscando um relacionamento mais próximo de suas fontes, como maneira de superação das ambiguidades e das controvérsias do tema ambiental, incluindo-se, com o avanço do enfoque jornalístico, as práticas digitais, o que de certa forma também ocorreu entre nós (EINSIEDEL; COUGHLAN apud HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 7).

Pezullo (apud HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 7) identificou sete campos de pesquisa, envolvendo estudos de comunicação ambiental: a) o primeiro contém investigações focadas na identidade pessoal e sua relação com a questão ambiental; b) o segundo compreende pesquisas relacionadas a estudos de comunicação organizacional ambiental; c) o terceiro refere-se a estudos acerca da ciência tecnológica ambiental, especialmente no atinente a campanhas de saúde pública; d) o quarto abrange investigações que analisam a participação popular na tomada democrática de decisões ambientais nos momentos de crise; e) o quinto perquire sobre os estudos midiáticos acerca de meio ambiente, referindo-se também sobre a análise do discurso da cobertura de notícias principais dos tópicos ambientais, estudos da construção social e/ou enquadramento do meio ambiente na mídia; f) o sexto abrange pesquisas acerca de artes aplicadas verdes no âmbito midiático; g) e, finalmente, o sétimo circunscreve investigações sobre a retórica ambiental, além dos estudos culturais, que unem a ficção e a não-ficção, a expressão individual e coletiva, as interações verbais e não-verbais, a comunicação face a face diante da tela, além de esboçar preocupações com afeto, significado e materialidade.

Sabe-se que a maioria dos meios de investigação jornalística, especializada em questões ambientais, dá maior enfoque às crises e às catástrofes, visando destacar episódios isolados. Hansen (apud HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 9) tentou entender por que algumas questões ambientais são identificadas como problemas, recebendo atenção pública e política, enquanto outras questões semelhantes jamais alcançam reconhecimento, conseqüentemente desmerecendo apoio público para investimento. Baseado na teoria construcionista, que define os problemas sociais como intencionalmente criados e disputados em áreas políticas, das quais a mídia também faz parte, como produto discursivo planejado. O autor elaborou então a relação entre as notícias ambientais e o processo construtivista, concluindo que as notícias ambientais constituem uma atividade que envolve seleção, produção, publicação e recepção – cujos problemas também sofrem influências externas, que podem determinar a viabilidade ou não do

tema virar notícia, devido ao processo de enquadramento midiático, no que se refere à seleção e ao destaque das questões escolhidas.

Segundo Downs (apud HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 11), pioneiro no estudo das investigações cíclicas nos EUA, especialmente as domésticas, como racismo e educação, observou, naquela época, o público-alvo demonstra interesse apenas temporário acerca de temas relacionados a questões sociais, prevendo, todavia, que as questões ambientais tenderiam a atrair a atenção da mídia por períodos maiores, identificando cinco razões possíveis para este comportamento, quais sejam: a) sua melhor visibilidade, em função da ameaça da mudança climática; b) a maioria das questões ambientais pode resolver-se mediante a tecnologia; c) o ambientalismo abrange inúmeras áreas, superando as restrições políticas; d) a indústria pode ser responsabilizada por problemas ambientais; e) e, finalmente, que as empresas podem lucrar com produtos e serviços ambientais.

As considerações de Downs (apud HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 12) acerca da atração da mídia por questões ambientais, apesar de apresentar certo obsolescência, em face do desenvolvimento dos estudos sobre comunicação ambiental, além do surgimento de novos dados sobre ambientalismo, não podem ser descartadas, ainda que com cautela, pois a intervenção tecnológica revelou-se, obviamente, insuficiente para prevenir a degradação ambiental, necessitando de abordagem amplificada e incluindo-se as mudanças de comportamento e o envolvimento da sociedade. Demais disso, não somente as indústrias são responsáveis pela destruição ambiental, podendo incluir-se também as inabilidades políticas na condução das diretrizes ambientais, além da deficiência de fiscalização específica, resultando especialmente nas queimadas e nos desmatamentos ilegais, afora a pesca e o garimpo de origem criminosa.

Portanto, de acordo com Campos (2006), no tocante ao jornalismo investigativo ambiental, pode-se concluir que, por intermédio de variados processos de enquadramento a mídia produz conhecimento ambiental, consagrando determinados discursos, em detrimento de outros. Todavia, promovendo notícias ambientais, mediante eventos específicos, perde-se a complexidade do tema, ao mesmo tempo em que, fornecendo abordagens fragmentadas, os jornalistas não contribuem na compreensão do público-alvo acerca do significado da interconexão do ecossistema, carecendo, desta maneira, de uma cobertura integrada e reforçando uma percepção colapsada do meio ambiente, resultando em enfraquecimento da mobilização social acerca de políticas sustentáveis. Em suma, alguns dos percalços encontrados no exercício da profissão são, notadamente, o risco de vida que o jornalista corre em grandes investigações, o risco de informar mediante mero denunciamento, o risco de adentrar no mito da

neutralidade jornalística, assim como o risco de apresentar ao público-alvo uma imagem fragmentada da realidade ambiental, no caso específico dos jornalistas que se debruçam nesta temática.

4 JORNALISMO E ATIVISMO AMBIENTAL NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

Tratou-se anteriormente, nesta monografia, do papel do jornalismo na sociedade como um todo, agora, adentraremos em seu papel específico na cobertura da questão ambiental na Amazônia. Neste contexto, Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues e Grace Soares Costa (2014) abordam seus efeitos, contribuindo no processo de promoção e ampliação do debate ambientalista em face da opinião pública, na tentativa de apontar caminhos a fim de que a prática jornalística cumpra sua determinada função social nas coberturas jornalísticas, acerca especificamente do meio ambiente.

Trazendo a lume a questão da emergência ambiental, os autores indicam que o modelo de desenvolvimento, lastreado nos princípios capitalistas, adotado pela maioria dos países, coloca em risco a sobrevivência humana ao promover a exploração insustentável dos recursos naturais e ao poluir o meio ambiente. Tais fatores, uma vez combinados, geram consequências catastróficas, tais como as mudanças climáticas globais, impactando de forma direta não só a produção de alimentos, como também a qualidade do ar, a geração de energia e os mananciais de água potável, prejudicando a capacidade de sobrevivência da humanidade.

Destarte, o risco de extinção da raça humana não se relaciona com eventos alheios ao conhecimento humano, mas decorre de sua atitude desrespeitosa de exploração dos recursos naturais. O aumento vertiginoso da temperatura terrestre, derivada do efeito estufa, ameaça, além da fauna e da flora, também as populações mais vulneráveis, aumentando o fluxo dos denominados “refugiados ambientais”. O desmatamento indiscriminado da região amazônica produz a diminuição drástica dos índices pluviométricos, o que também ocorre na região do rio São Francisco, já bastante afetado pelas obras de transposição (RODRIGUES; COSTA, 2014, p. 3).

Explica-se, portanto, em face de tamanha negligência, porque as negociações internacionais acerca de um novo modelo de desenvolvimento social e econômico nunca chegam a resultados satisfatórios, sendo então possível correlacionar-se negativamente a informação da questão ambiental com a ausência de tomada de decisões políticas efetivas em relação à problemática ecológica. Urge, então, a necessidade da promoção do debate e do esclarecimento acerca dos problemas ambientais, onde os veículos de comunicação de massa desempenham importante papel, democratizando o conhecimento científico acerca do tema.

Desta maneira, de acordo com o pensamento do jornalista André Trigueiro,

Só a comunicação pode retirar as questões ambientais do gueto em que estão colocadas (fazendo de conta que são isoladas, apartadas) e levar a sociedade a entender que todas as ações humanas têm impacto sobre o concreto – a água, o solo, o ar, os seres vivos. E se é assim, tudo o que se relaciona com o meio ambiente precisa permear qualquer discussão na área econômica, política, social, cultural – enfim, todas as áreas (apud RODRIGUES; COSTA, 2014, p. 4).

Cumprindo à imprensa importante papel no sentido de mediar as informações científicas, contextualiza-se os fatos e abre-se oportunidade para que os discursos contra e a favor das transformações climáticas atinjam o público em geral, para melhor fiscalização das ações governamentais. Entretanto, em relação às secas ocorridas na região amazônica, em 2005 e 2010, estas não tiveram a repercussão midiática esperada, por não encontrarem o necessário eco em meio à população, sendo este apenas um dos exemplos de desastre ambiental que não teve seu merecido destaque no debate público.

Sendo assim, frisa Flannery que

Um dos maiores obstáculos para se começar a agir em relação às mudanças climáticas é que ela se tornou um clichê antes mesmo de ser entendida. O que precisamos agora é de boa informação e de um planejamento cuidadoso, porque nos próximos anos essa questão vai eclipsar todas as outras. Vai se tornar a única questão. Precisamos reexaminá-la com um espírito verdadeiramente cético – para ver sua magnitude e com que rapidez está avançando (apud RODRIGUES; COSTA, 2014, p. 6).

Desta forma, em face da questão ambiental, o jornalismo democrático tem como principal objetivo a conscientização pública dos segmentos sociais no que tange ao desenvolvimento sustentável, uma vez que todos temos direito à informação, sendo a imprensa a única forma democrática de informação científica e tecnológica acerca do tema. Daí porque a mídia, por intermédio de seus veículos de comunicação, possui papel educativo, possibilitando ao público o conhecimento da matéria, através do qual transforma-se a qualidade de vida e da cidadania.

Conforme referido anteriormente, a finalidade da imprensa, no respeitante à questão ambiental, relaciona-se à educação básica, uma vez que a maioria das informações sobre o meio ambiente provém da mídia, principalmente do meio televisivo (BORTOLOZZI apud

RODRIGUES; COSTA, 2014, p. 7). Esta foi a principal razão pela qual a Lei nº 9.394/1996⁸ incorporou o tema aos currículos das escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, iniciativa corroborada pela Conferência da ONU sobre Meio Ambiente (1972), especialmente no que diz respeito à utilização racional dos recursos naturais.

De acordo com Rodrigues e Costa (2014), a função social das coberturas jornalísticas acerca da questão ambiental na região amazônica deve estar social, política e culturalmente comprometida não só com a causa do desenvolvimento sustentável, como também da melhoria da qualidade de vida da população, para cujo atingimento cumpre observar determinados procedimentos, dentre eles a diversidade de fontes, a independência em relação às fontes, a abertura de espaço para debate, a fuga do sensacionalismo, a observância de que nem tudo se resume às questões econômicas, a procura por aliança entre jornalismo e educação, o evitamento da fragmentação da cobertura, além de procurar uma atitude revolucionária e engajada.

Quanto à primeira das funções, ou seja, a diversidade de fontes, as reportagens ambientais necessitam ouvir não somente os detentores de conhecimento científico, que já possuem espaço de fala na mídia, como também escutar a sabedoria popular daqueles que em regra não têm suas narrativas reproduzidas no meio midiático. Desta forma, Bueno (2007, p. 14) esclarece que “o jornalismo ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés”.

Acerca da independência em relação às fontes, o jornalista deve levar em conta as variáveis ambientais, não se deixando suggestionar pelos assuntos previamente indicados pela mídia e desprezando o oportunismo subsidiado pelas assessorias de comunicação. Bueno (2007, p. 18) destaca que

Quase sempre as matérias são respaldadas no chamado saber técnico e têm como principal objetivo difundir os argumentos da lógica capitalista que busca relacionar aumento de lucros e produtividade com desenvolvimento. Subliminarmente, promove a apologia da padronização, da homogeneização, tentando a todo custo convencer-nos das desvantagens da diversidade, da ineficácia das soluções locais, do atraso dos conhecimentos das comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que dele se acercam e os patenteiam.

⁸ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 26 de dezembro de 2022.

Neste contexto, será fundamental a abertura de espaço para debate de opiniões entre as partes interessadas sob a ótica da diversidade de fontes, especialmente daquelas oriundas da experiência comum, contemplando as controvérsias e fugindo do mero denunciamento, sem, contudo, assumir uma postura de neutralidade diante dos fatos, devendo também o jornalista evitar o sensacionalismo. É necessário ter-se em vista também que nem tudo pode ser resumido às questões econômicas e procurar não romantizar e idealizar o assunto ambiental. Assim sendo, não se deve privilegiar, na cobertura das reportagens acerca do meio ambiente, tão-somente os aspectos econômicos e políticos, em detrimento das vertentes social e cultural (RODRIGUES; COSTA, 2014).

Destarte, o jornalismo ambiental não pode e nem deve apresentar-se sob o aspecto simplesmente informativo, mas precisa engajar-se num modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico social. Discorre Belmonte que

O jornalismo no contexto urbano é uma ferramenta de educação ambiental. Os veículos de comunicação devem fazer campanhas públicas, informar sobre os novos estilos de vida, abrir espaço para ideias alternativas, cobrar soluções criativas do poder público. Também é função da imprensa melhorar a qualidade de vida nas cidades. Não se trata de substituir livros didáticos por reportagens de jornais, nem transformar páginas dos diários em apostilas escolares. Eles são complementares (apud RODRIGUES; COSTA, 2014, p. 12).

Sobre a problemática da fragmentação da cobertura jornalística, com especial relevo na questão ambiental, constata-se, uma vez que decorrente do sistema de produção jornalística, a fragilização da reportagem, em face da visão pouco abrangente do tema. Entende-se então, que a cobertura jornalística, para atingimento pleno de suas finalidades sociais, deve engajar-se no processo revolucionário no sentido de comprometimento com as mudanças de paradigmas.

Atenta Bueno (2007, p. 22) para o fato de que

A militância em jornalismo ambiental implica dominar os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar questões ambientais, politizar o debate. Ela requer conhecimento e respeito pela trajetória dos jornalistas ambientais brasileiros que, ao longo do tempo, têm dedicado, muitas vezes de maneira isolada e solitária, o seu trabalho e também a vida para a defesa dos interesses dos cidadãos.

Desta maneira, no âmbito específico do ativismo ambiental, traz-se a lume a fala de Bruna Maciel (2021), que em artigo intitulado “Silenciando o discurso: a perseguição global de ativistas ambientais”, disserta sobre Greta Thunberg, ativista sueca e fundadora do movimento jovem universal no combate às mudanças climáticas e também à proteção ao meio ambiente, denominado *Fridays for the Future*, que foi também nomeada aos 16 anos como Personalidade do Ano de 2019 pela revista americana *Time*⁹. Na época, Donald Trump, então presidente dos EUA, criticou, em seu Twitter, o seu protagonismo, chamando a nomeação de “ridícula” (Figura 1). Também o presidente do Brasil na época, Jair Bolsonaro, já havia se referido a ela como “pirralha” (Figura 2), quando questionado por jornalistas acerca da morte de indígenas da etnia Guajajara, ocorrida em um atentado no Estado do Maranhão em dezembro de 2019¹⁰.

De certa forma, as atitudes de Trump e Bolsonaro foram oposições de natureza mais branda, já que ativistas ambientais, ao tentarem exprimir suas ideias e preocupações acerca do meio ambiente, podem ser presos, ameaçados, torturados ou até assassinados. Porém, é importante ressaltar que são oposições de natureza consideradas “mais brandas” como estas que acabam por alimentar o extremismo da violência contra ativistas ambientais.

Figura 1 – Declaração de Trump



Fonte: Portal G1¹¹

⁹ Disponível em: <https://exame.com/mundo/ativista-greta-thunberg-e-eleita-personalidade-do-ano-pela-time/>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/12/07/dois-indios-guajajara-morrem-e-quatro-ficam-feridos-durante-atentado-no-maranhao.ghtml>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/12/trump-ironiza-ativista-do-clima-greta-thunberg-calma-greta-calma.ghtml>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

Figura 2 – Declaração de Bolsonaro

g1

POLÍTICA

Bolsonaro chama Greta Thunberg de 'pirralha' ao comentar declaração da ativista sobre morte de índios

Ativista sueca de 16 anos tem cobrado ações concretas de autoridades contra a crise climática. Bolsonaro criticou o espaço que a imprensa dá para as declarações da jovem.

Fonte: Portal G1¹²

4.1. Quando uma causa custa uma vida

Episódio mais recente de silenciamento de ativista ambiental ocorreu na Índia, com a prisão de Disha Ravi, em fevereiro de 2021¹³, após participar de protestos de agricultores em janeiro do mesmo ano contra as medidas governamentais de afrouxamento das regras sobre a venda, o preço e o armazenamento de produtos agrícolas, deixando-os vulneráveis perante as grandes corporações¹⁴. Esta é apenas uma breve contextualização do que tem ocorrido com ativistas ambientais quando se posicionam por uma causa ao redor do mundo. Já no caso especificamente brasileiro, cuja perseguição a ativistas ambientais é tão antiga quanto o próprio ativismo em si, lembre-se o assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, um dos pioneiros nas causas ambientais, neste caso protestando contra o desmatamento dos seringais do Estado do Acre. Também vítima de perseguição, que culminou em morte, foi a irmã Dorothy Stang, que apoiava pequenos produtores agroextrativistas no Estado do Pará, lutando pela implantação de projetos de desenvolvimentos sustentáveis (SANSON apud MACIEL, 2021, p. 3).

Também digno de lembrança foi o assassinato ocorrido em novembro de 2019 de Paulo Paulino Guajajara, membro do grupo Guardiões da Floresta, morto a tiros numa emboscada de madeireiros, simplesmente porque atuava vigiando a movimentação criminosa de madeireiros na região, contribuindo também no controle das queimadas, além de auxiliar na contenção dos

¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/10/bolsonaro-chama-greta-thunberg-de-pirralha-ao-comentar-declaracao-da-ativista-sobre-morte-de-indios.ghtml>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/15/quem-e-disha-ravi-a-greta-thunberg-da-india-presa-por-desafiar-o-governo.ghtml>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

¹⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55821167>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

incêndios florestais. Não só as invasões de madeireiros como também as ameaças à sobrevivência dos indígenas constituem realidade para a etnia Guajajara há 20 anos, somando-se 49 homicídios desde o ano de 2000 (SANTANA apud MACIEL, 2021, p. 4).

O caso mais recente de assassinato de ambientalista, ocorrido em 2022, e que é o ponto de partida para a questão da presente monografia, aconteceu com o indigenista Bruno Pereira, morto brutalmente, a mando do crime organizado, em razão de seu trabalho de fiscalização ambiental. Segundo a organização não governamental Global Witness, esta é uma prática que remonta de muitas décadas, especialmente na América Latina, sendo que no ano de 2020, pelo menos 20 ambientalistas e defensores das terras indígenas na Amazônia foram mortos no Brasil¹⁵.

Na mesma ocasião foi assassinado também o jornalista inglês Dom Phillips, que acompanhava o indigenista Bruno Pereira, produzindo um livro sobre a floresta amazônica. É de patente preocupação, igualmente, o índice de assassinatos de jornalistas no território brasileiro, sendo o segundo pior número da América Latina, segundo dados da Repórteres Sem Fronteiras¹⁶. A maioria destes casos não obteve a mesma repercussão internacional do caso do jornalista inglês (Figuras 3, 4 e 5), já que a cobertura midiática noticiou as mortes pelo fato de que Dom Phillips colaborava com alguns dos principais jornais internacionais, tais como *The New York Times*, *The Washington Post* e *The Guardian*.

Figura 3 – *The New York Times*

The New York Times

***Man Confesses to Killing Journalist
and Indigenous Activist, the Police Say***

Dom Phillips, a freelance reporter for The Guardian, and Bruno Araújo Pereira, a Brazilian expert on Indigenous peoples, have been missing in the Amazon since June 5.

Fonte: Portal G1¹⁷

¹⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/assassinatos-de-ambientalistas-batem-recorde-no-mundo-com-227-mortes/>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/2011-2020-balan%C3%A7o-dos-assassinatos-de-jornalistas-confirma-import%C3%A2ncia-de-fortalecer-pol%C3%ADticas-de>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/15/veja-a-repercussao-na-imprensa-internacional-da-confissao-de-assassinato-de-bruno-pereira-e-dom-phillips-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

Figura 4 – *The Guardian*

Dom Phillips and Bruno Pereira: Brazil police find two bodies in search for missing men

Police chief says one of the men arrested in connection with the pair's disappearance had confessed to killing them

● **The writer and the activist: how Dom Phillips and Bruno Pereira bonded over the Amazon**



Dom Phillips and Bruno Pereira went missing on 5 June, at the end of a four-day trip down the Itaquai river in the far west of Brazil. Composite: João Laet/AFP/Getty Images (left); Daniel Marenco/Agência O Globo (right)

Fonte: Portal G1¹⁸

Figura 5 – *The Washington Post*

AMERICAS

Man confesses to killing missing journalist and colleague, police say

By Terrence McCoy

June 15, 2022 at 8:32 p.m. EDT



Fonte: Portal G1¹⁹

¹⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/15/veja-a-repercussao-na-imprensa-internacional-da-confissao-de-assassinato-de-bruno-pereira-e-dom-phillips-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/15/veja-a-repercussao-na-imprensa-internacional-da-confissao-de-assassinato-de-bruno-pereira-e-dom-phillips-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

De acordo com Carlos Eduardo Lins da Silva (2022), motivo substancial para a repercussão do caso na imprensa internacional foi o fato de que a administração Jair Bolsonaro (2019-2022) foi extremamente prejudicial para a floresta e para os povos originários, tornando a matéria prioritária na maioria dos países desenvolvidos, seja do ponto de vista jornalístico, seja sob a ótica das ONGs, dos governos e das entidades multilaterais.

Vivi Reis, deputada federal do PSOL (PA), discorre que

Precisamos honrar a história e memória do Bruno e do Dom e o trabalho fundamental que eles estavam realizando na defesa dos territórios. Não foi um conflito menor entre indigenistas e ribeirinhos. A estrutura que está por trás desses assassinatos e desses crimes ambientais não acontece sem um financiador por trás. Não podemos aceitar justificativas simplistas sobre o caso.²⁰

A preocupação mundial com o problema da violência contra ativistas ambientais brasileiros repercutiu inclusive na OCDE²¹, cujo requisito para aprovação no bloco exige a fiscalização dos crimes contra ambientalistas. Hipótese semelhante ocorreu no acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia que, embora finalizado em 2019, após 20 anos de negociações, não avançou porque tanto a opinião pública quanto os parlamentares europeus se opõem à sua ratificação, devido aos delitos ambientais ocorridos no território brasileiro.

Em nota conjunta acerca dos assassinatos do jornalista e do indigenista, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin disseram que:

A confirmação do assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips é uma notícia chocante, que nos causa dor e indignação. Nossa primeira palavra é de solidariedade aos familiares, amigos e amigas do indigenista e do jornalista. Bruno e Dom dedicaram a vida a fazer o bem. Por isso percorreram o interior do Brasil, ajudando, protegendo e contando a vida, os valores e o sofrimento dos povos indígenas.

O mundo sabe que este crime está diretamente relacionado ao desmonte das políticas públicas de proteção aos povos indígenas. Está diretamente relacionado também ao incentivo à violência por parte do atual governo do país. O que se exige agora é uma rigorosa investigação do crime; que seus autores e mandantes sejam julgados. A democracia e o Brasil não toleram nem podem mais conviver com a violência, o ódio e o desprezo pelos valores da civilização.

²⁰ Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/investiga%C3%A7%C3%B5es-sobre-assassinato-de-dom-phillips-e-bruno-pereira-precisam-identificar-todos-os>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

²¹ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, formada por países membros que se dedicam à promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social.

Bruno e Dom viverão em nossa memória e na esperança de um mundo melhor.²²

Ressalte-se que a semelhança das vítimas de perseguição, em razão do ativismo ambiental, vai muito além de sua própria causa, porque a maioria pertence a grupos marginalizados, especialmente indígenas, mulheres e refugiados, agravando ainda mais a situação, nas hipóteses de abusos, mortes ou desaparecimentos, a recorrente impunidade dos culpados. Caso também digno de relevância foi o do ativista russo Andrey Rudomakha, que foi perseguido e atacado por defesa do ambientalismo em 2017, mas que, apesar das evidências, ocorreu não só a impunidade dos agressores, como também se colocou obstáculos jurídicos para a proteção de ativistas ambientais, forçando-os a desistir da causa ou até mesmo empreender fuga do país.

Crítica de suma importância fez também o grupo *Human Rights Watch* no tocante à política ambiental do governo Bolsonaro (2019-2022), através de uma carta acerca da Amazônia e dos defensores da floresta, dirigida à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde afirma que a malfadada administração “sabotou as agências de cumprimento da lei ambiental no Brasil, acusou falsamente organizações da sociedade civil de crimes ambientais e as afastou da formulação de políticas e procurou minar os direitos indígenas” (ARIDA; WILKINSON apud MACIEL, 2021, p. 5).

Percebe-se que, apesar da crise climática, a gestão dos recursos naturais apoia-se em descumprimentos reiterados aos direitos humanos, além do silenciamento pela força e da impunidade seletiva, pois, ao invés de lutar pela unidade de uma ação coletiva contra os desmandos ambientais, os discursos favoráveis ao meio ambiente sofrem ameaças e constrangimentos, isto quando os ativistas não são simplesmente eliminados, inclusive com apoio institucional, revelando uma impunidade cíclica. Neste particular, a responsabilidade coletiva é de vital importância, uma vez que

As instituições locais e internacionais que buscam mitigar a violência e a perseguição contra ativistas ambientais desempenham papel fundamental nesse processo, mas ainda carecem de recursos adequados para exercer seu trabalho. A liberdade de imprensa, em risco em muitos países, é fundamental para que instituições e organizações não-governamentais, a exemplo do *Human Rights Watch*, continuem a denunciar violações contra os direitos humanos e a proteger os ativistas (MACIEL, 2021, p. 7).

²² Disponível em: <https://lula.com.br/nota-de-lula-e-alckmin-sobre-os-assassinatos-de-bruno-pereira-e-dom-phillips/>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

Para Luciana Turatti e Jane Mazzarino (2013), em artigo intitulado “Jornalismo ambiental, direito à informação e cidadania”, a democratização do espaço midiático-jornalístico relaciona-se aos pressupostos do direito de acesso à informação e ao jornalismo público ou cidadão, apontando para o atendimento da extrema necessidade de informação qualificada, possibilitando, assim, o pleno debate acerca dos temas públicos. Configura-se como principal objetivo, então, uma reflexão sobre as relações entre o jornalismo ambiental e o direito à informação, investigando-se de que forma as práticas do jornalismo ambiental podem desembocar na mídia cidadã.

Sendo assim, de acordo com Wolton (1995)

A democracia pressupõe a existência de um espaço público onde sejam debatidos os grandes problemas do momento, dando-se espaço para que um maior número de atores se exprima acerca de um maior número de assuntos. Pode-se afirmar, então, que o jornalismo caracteriza-se como um campo que além de informar, educa, mobiliza, afeta a cultura e as práticas políticas (apud TURATTI; MAZZARINO, 2013, p. 2).

A temática ambiental, desde 1980, tem adquirido importante espaço midiático, notadamente em função das denúncias dos ambientalistas, repercutindo na sociedade na forma de debates contemporâneos. Considerando-se que o homem deve possuir liberdade de expressão, tendo o direito de ser plenamente informado acerca dos temas públicos, estas premissas balizaram textos legislativos de aprendizagem social e de compartilhamento cultural. Desta forma, para Matos (apud TURATTI; MAZZARINO, 2013, p. 4), a comunicação pública é “um espaço plural para a intervenção por parte do cidadão no debate das questões de interesse coletivo”, possibilitando o aumento do capital social.

Ainda segundo Turatti e Mazzarino (2013), a interrelação entre comunicação e capital social direciona para o conceito de capital comunicacional, cujo potencial intersubjetivo exige ação coordenada na solução da problemática, especialmente a ambiental. Neste particular, o debate público acerca do tema ambiental gera o compartilhamento de valores atinentes à cidadania ambiental, além da percepção da interdependência das formas de vida, do entrelaçamento do pertencimento pessoal com o meio ambiente e da criação de objetivos comuns, possibilitando a melhoria das condições socioambientais.

Importante neste processo afigura-se a visibilidade midiática, inicialmente como transformadora das questões ambientais e posteriormente como impulsionadora na elaboração

das políticas de interesse público, possibilitando não somente o desenvolvimento social, como também o enfrentamento da crise ambiental. Neste sentido, a pauta ambiental desempenha função pedagógica ao sistematizar conceitos e disseminar informações, permitindo a participação do cidadão comum no debate público, requerendo-se do jornalista a busca pela neutralidade, como também, e principalmente, pela objetividade e imparcialidade. Consoante o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”²³.

De acordo com o pensamento de Gavirati (apud TURATTI; MAZZARINO, 2013), a possibilidade de transformações ambientais requer que a dimensão comunicacional ultrapasse os meios massivos, questionando o pressuposto usual de que determinados setores dos meios de comunicação de massa tenham a capacidade de cumprir seu papel de conscientização ambiental, impedimento ocasionado pela própria lógica midiática. Tal situação acontece porque os meios massivos ou estão condicionados, ou representam interesses políticos e econômicos, geradores da crise ambiental, cuja linha editorial, em regra, permanece alheia aos discursos do movimento ambientalista.

Considerando-se que não paira dúvida acerca da diferença entre a nossa realidade e a concretização do direito fundamental ao meio ambiente, notadamente pelo crescimento da destruição dos recursos naturais, tornam-se absolutamente necessárias atividades de feição social, política e econômica, que desconfigurem o processo de alienação, prejudicial ao ambientalismo, que se requer ecologicamente equilibrado, dignificando a pessoa humana. Garante-se tal direito através do acesso à informação, da participação cidadã e da construção de consciência ambiental.

Neste contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948), dispõe no seu artigo 19 que “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras²⁴”. No mesmo sentido, focando-se especificamente na questão ambiental, segue a Declaração de Estocolmo (1972), cujo princípio 19 discorre que

²³ Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

²⁴ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos²⁵.

Ademais, a Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/1981, incorporando o direito ao livre intercâmbio de informação científica atualizada, estabeleceu como um dos seus principais objetivos “a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico”²⁶. As políticas ambientais brasileiras, apesar de devidamente institucionalizadas, não demonstram a eficácia necessária na prática, sendo fundamental para a mudança de tal panorama negativo a atuação dos ativistas ambientais, com a ajuda especializada dos jornalistas, abrindo margem para o debate público.

4.2. Jornalismo do centro do mundo: o Projeto Sumaúma

Grande exemplo de jornalismo de resistência ambiental na Amazônia é o projeto da plataforma Sumaúma, idealizado por Eliane Brum, Jonathan Watts, Carla Jimenez, Verónica Goyzueta e Talita Bedinelli, cuja origem do nome deriva de uma das maiores árvores da floresta. Consiste numa plataforma de jornalismo que visa contar histórias, tanto as de dentro da floresta amazônica quanto as que ocorrem em outras partes do planeta, na perspectiva de seus povos e da melhor ciência climática do mundo. Colabora-se, então, para difundir o debate público, convertendo ideias em realidades. “Acreditamos no poder das histórias contadas, no poder do jornalismo que merece este nome porque é feito com ética, com rigor e com independência” (BRUM et al., 2022).

²⁵

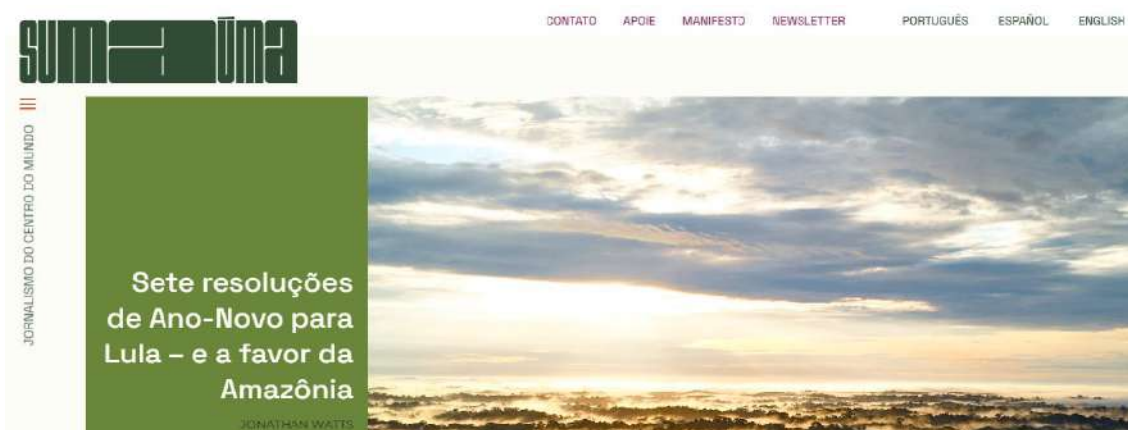
Disponível

em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

²⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

Figura 6 – Portal da plataforma Sumaúma



Fonte: Projeto Sumaúma²⁷

Os jornalistas, idealizadores da plataforma, entenderam que, em face da emergência climática e da sexta extinção em massa de espécies, necessitava-se da criação de algo diferente para ir além do que já fora feito. Propuseram-se, então, a dedicar suas vidas à imensa batalha, atinente às atuais gerações, entendendo-se necessária a atuação propositiva em defesa das crianças, de agora e do porvir. Resumiram seus valores em duas palavras, quais sejam, floresta primeiro, cuja natureza e população precisa ser considerada com anterioridade ao mercado. Sua abordagem baseia-se tanto na ciência climática de ponta, quanto no pensamento indígena tradicional. Não deixam de considerar, inclusive, as ameaças poderosas que pairam sobre sua atuação jornalística, caracterizadas principalmente pelo crime organizado, além de empresas, governos, políticos e corporações descompromissados com o meio ambiente.²⁸

Posicionam-se, em manifesto (BRUM et al., 2022), ao lado dos povos da floresta, colocando-se na linha de frente da guerra empreendida contra a natureza, em uma constante busca pela verdade. Afirmam que, a partir do chamado “jornalismo do centro do mundo”, pretendem garantir um futuro melhor para a humanidade, em face da irresponsabilidade humana que, diante do efeito estufa, provoca as mudanças climáticas. Torna-se necessário, então, uma mudança de valores e de perspectivas, capaz de criar, num curto período de tempo, uma comunidade humana com maior consciência ambiental, gerando o que denominaram de “amazonização do mundo”. A ideia dos jornalistas é a criação de um jornal online trilingue, em formato de podcast, respeitando a transmissão oral de conhecimentos dos indígenas e buscando

²⁷ Disponível em: sumauma.com. Acesso em: 26 de dezembro.

²⁸ Disponível em: https://apoia.se/sumaumajornalismo?fbclid=IwAR07B8yXsYQkXD_15_nqHF5Fce7bZCXJEhABMR-HH8ehy2Zh6RSq3TFd4wU. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

parcerias com as inúmeras agências de jornalismo independente e coletivos de comunicadores oriundos de povos originários.

Sumaúma afirma que:

Trabalharemos para que aqueles que foram por nós formados e que nos desformaram possam ser também criadores de outros enclaves de jornalismo, porque precisamos de muito mais do que hoje existe para termos alguma chance nessa guerra em que o outro lado tem muito mais poder e leva, aceleradamente, a floresta ao ponto de não retorno – e nosso presente já corroído a um futuro hostil (BRUM et al., 2022).

A crise climática amplia as desigualdades, afetando principalmente os indígenas, além dos negros e das mulheres, bem como as espécies em extinção, defendendo a plataforma, em resumo, a democracia, extensiva não somente à natureza, como também às futuras gerações. Faz-se de extrema importância não só a criação como o apoio a projetos como este, iniciativa que visa trazer jornalismo de qualidade e assegurar o direito à informação, o que impulsiona a implementação de debate público, essencial para o exercício da plena cidadania.

A jornalista Eliane Brum, uma das idealizadoras do projeto Sumaúma, discorrendo acerca de Darcy Ribeiro no evento “Darcy, o Brasil deu no que deu!”, acrescenta o que se deve ter sempre em mente na luta por uma causa: “Eu aprendi com os povos da floresta a resistir com alegria, alegria com potência de agir e agir coletivamente, em comunidade, porque fazer comunidade é algo que foi destruído pelo capitalismo, é um ato de rebelião. E nós fazemos”²⁹.

²⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=M0YrLipiLF4&ab_channel=Laborat%C3%B3riodeComunica%C3%A7%C3%A3o%2CCidadeeConsumo. Acesso em: 17 de dezembro de 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista tudo o que foi trazido para a discussão desta monografia, pode-se afirmar algumas premissas, buscando a elucidação do papel social do jornalista no contexto de um agendamento midiático que acaba por alumiar certas temáticas, em detrimento de outras. Muitas pautas do jornalismo e ativismo ambiental acabam por não ter a visibilidade que deveriam, já que a imprensa atua como forma de modelagem do conhecimento.

Apesar do caso do assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira ter recebido muita repercussão midiática, em geral esta atenção para os casos de violência contra ambientalistas não é comum, e tal realidade precisa mudar, para asseguramento da democracia e da preservação ao meio ambiente. O Brasil é o país que possui a maior floresta tropical do planeta, considerada inclusive como o pulmão do mundo, mas ainda carece de políticas públicas efetivas de proteção, fiscalização e regulamentação das práticas ambientais em território amazônico. É aí que entram, de mãos dadas em luta, o jornalismo investigativo e o ativismo ambiental.

Assegurando-se os direitos humanos daqueles que defendem, juntamente com os povos originários, um futuro mais verde e sustentável para as presentes e futuras gerações, requer-se abertura para debate público e luta contra o sistemático silenciamento de ambientalistas, dentro e fora do país. Neste particular, o papel do jornalista deve abranger não somente o aspecto social, como também o ético, agindo com transparência e responsabilidade em busca da verdade dos fatos.

Afigura-se, então, de vital importância, o jornalismo investigativo, que, mesmo correndo riscos, debruça-se sobre a tarefa de trazer para a discussão pública assuntos que dizem respeito a todos, com especial relevo para a questão ambiental. Os riscos são inerentes à profissão do jornalista em geral, mas se tornam ainda maiores quando tangem temáticas que envolvem o crime organizado, governos irresponsáveis, grandes corporações e políticos poderosos.

Ademais, o jornalismo ambiental traz a lume a questão da emergência ambiental, derivada do efeito estufa, que é gerado pela emissão de gases tóxicos na camada de ozônio, problemática que já se tornou antiga, mas de cujo panorama não saímos e, infelizmente, não sairemos tão cedo, uma vez que não há consenso entre os países acerca do controle da poluição atmosférica. Além disto, precisamente em território brasileiro, vislumbra-se o desrespeito com a nossa floresta, os nossos índios, os nossos bichos, os nossos ativistas e os nossos jornalistas, ceifando vidas humanas, biomas naturais e espécies das mais diversas.

Torna-se, então, estritamente necessária a criação e o apoio a projetos de jornalismo ambiental, tais como o Projeto Sumaúma, que tem como pressuposto contar as histórias da mata, visando conscientização coletiva e valorização da cidadania. Somente assim, engajados na luta e ajudando estas vozes a alçarem voo que conseguiremos fazer jus aos nomes de nossos mártires amazônicos.

O presente trabalho de pesquisa termina por aqui, mas não se esgota de maneira alguma o assunto, podendo-se visualizar a questão sob um prisma muito mais político e ideológico do que comunicacional, como visto nesta monografia. Além disto, a questão da conscientização ambiental perpassa a educação em todos os níveis, podendo esta ser o ponto de partida para o objeto de futuras pesquisas. Outra possível reflexão seria porque a viabilização do fundo garantidor da preservação ambiental, destinado especificamente aos grupos mais vulneráveis, tais como os povos originários, ainda não é uma realidade em nossa sociedade atual e porque não é do interesse do sistema que ela se efetive. Igualmente, aqui não encontra ponto final também a nossa luta democrática pelo meio ambiente.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRUM, Eliane; WATTS, Jonathan; JIMENEZ, Carla; GOYZUETA, Verônica; BEDINELLI, Talita. Sumaúma: jornalismo do centro do mundo. **Manifesto**. Altamira, Médio Xingu, Amazônia, set. 2022. Disponível em: <<https://sumauma.com/quem-somos/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

BURGH, Hugo de. **Jornalismo Investigativo: Contexto e Prática**. São Paulo: Roca, 2008.

CAMPOS, Pedro Celso. Meio ambiente: a sustentabilidade passa pela educação (em todos os níveis, inclusive pela mídia). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, 2006. p. 387-419. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9996>>. Acesso em: 15 out. 2022.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HOLANDA, Juliana Sampaio Pedroso de; KÄÄPÄ, Pietari; COSTA, Luciana Miranda. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 45, e2022109, 2022. Disponível em: <<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3858/2712>>. Acesso em: 18 out. 2022.

LACUNZA, Sebastián. Investigación? Revelación? Que pensam los periodistas? *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (org.). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica**. Florianópolis: Insular, 2015. p. 73-82.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela. Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. **II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**, Porto Alegre, 29 maio 2014. p. 201-219. Disponível em: <https://anaisenpja.files.wordpress.com/2014/12/cl_12_eloisa_angela.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MACIEL, Bruna. Silenciando o discurso: a perseguição global de ativistas ambientais. **Revista Petrel**, v. 3, n. 5, maio 2021. p. 89-97. Disponível em: <http://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v3_n5_mai_2021/10_MACIEL_B_Silenciando_o_discurso_a_perseguiacao_de_ativistas_ambientais.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo é uma forma de conhecimento? Universidade Federal de Santa Catarina**, Santa Catarina, set. 1997.

NUNES, Angelina. Jornalismo, o prazer do ofício. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (org.). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica**. Florianópolis: Insular, 2015. p. 25-39.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2013.

RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto; COSTA, Grace Soares. O papel do jornalismo na cobertura da questão ambiental na Amazônia. **Intercom - XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte**, Belém, maio 2014. p. 1-15. Disponível em:

<<https://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0193-1.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. O caso Dom Phillips e Bruno Pereira e os crimes contra o meio ambiente e a liberdade de imprensa. **Jornal da USP**, jun. 2022. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=529226>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, v. 1, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, v. 2, 2013.

TURATTI, Luciana; MAZZARINO, Jane. Jornalismo ambiental, direito à informação e cidadania. **IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã**, Curitiba, 2013. p. 1-14. Disponível em: <<https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Luciana-Turatti.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

VEYRET, Yvette. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.